



Processo Constitucional é a terceira edição, revisada e ampliada, das já conhecidas obras Direito Processual Constitucional (Ed. Mandamentos, 2001) e Processo Constitucional (Ed. Pergamum, 2013). A primeira parte da presente obra, “Sobre a interpretação jurídica”, é dividida em seis capítulos. Os capítulos 1, 2, 3 e 4 tratam da passagem da crise do positivismo à hermenêutica crítica e à argumentação jurídica: a virada hermenêutico-pragmática na teoria do direito. Toma-se sucessivamente como fio condutor a história da teoria kelseniana da interpretação e seu giro decisionista; o resgate crítico da equidade aristotélica no marco da hermenêutica filosófica de Gadamer e dos discursos de aplicação de Günther; a tese do Direito como integridade e a interpretação construtiva de Dworkin; e as teorias da argumentação de Alexy e de Günther, bem como a crítica de Habermas às teses do caso especial. Os capítulos 5 e 6 tratam dos discursos de justificação e de aplicação e da tese fazzalariana do “processo como procedimento em contraditório”, tomando como ponto de partida uma crítica à atual reforma do processo civil e uma teoria argumentativa dos direitos fundamentais. A segunda parte da presente obra, “Processo Constitucional”, inicia-se com um capítulo 7 sobre a chamada “processualização da constituição e constitucionalização do direito processual”. Os capítulos 8 e 9 retomam a proposta da conhecida obra Devido Processo Legislativo (Ed. Mandamentos, 2000 e 2006; Ed. Fórum,

2015). Os capítulos 10 a 14 tratam de decisões do Supremo Tribunal Federal sobre direitos fundamentais, no marco de uma teoria discursiva da argumentação jurídica, no sentido da recepção e crítica de Habermas a Günther. As questões teóricas são, assim, traduzidas hermenêutica e argumentativamente a partir de casos concretos, envolvendo: uma crítica à ponderação de valores; uma discussão sobre a liberdade de expressão e o discurso de ódio; uma reflexão sobre a garantia de participação de minorias políticas no processo legislativo democrático; uma crítica à chamada representação argumentativa da jurisdição constitucional; uma crítica à não revisão da Lei da Anistia, de 1979; uma reconstrução do sentido do reconhecimento constitucional das uniões homoafetivas. Por fim, os capítulos 15 e 16 cobram integridade na legislação (Dworkin), quanto ao princípio da divisão de poderes entre Legislativo e jurisdição constitucional, no Estado Democrático de Direito, seja criticando a proposta de revisão legislativa de decisões do STF em sede de controle de constitucionalidade, seja analisando propostas recentes de regulamentação legislativa do Mandado de Injunção. Destacam-se, assim, no presente livro, a ampla pesquisa de jurisprudência, o enfoque prático do texto e a linguagem utilizada, de fácil compreensão.

MARCELO ANDRADE CATTONI DE OLIVEIRA

Autor

PROCESSO CONSTITUCIONAL 3ª Ed.

Área específica

Direito Constitucional.

Áreas afins

Direito Processual Civil e Teoria Geral do Processo.

Prefácio

Bernardo Gonçalves Fernandes.

Formato: 14,5x21,5 cm

CÓDIGO: 10000811

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):
OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. Processo constitucional. 3. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 350p.

O48p Oliveira, Marcelo Andrade Cattoni de.
Processo constitucional / Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira – 3. ed. rev. e ampl. – Belo Horizonte: Fórum, 2016.
350p.
ISBN 978-85-450-0072-3
1. Direito Constitucional 2. Direito Processual Civil. 3. Teoria Geral do Processo.
I. Título. II. Oliveira, Marcelo Andrade Cattoni de.
CDD: 342
CDU: 342

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA 3ª EDIÇÃO.....	17
Bernardo Gonçalves Fernandes	
PREFÁCIO DA 2ª EDIÇÃO	
Flaviane de Magalhães Barros (2013).....	21
PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO	
Marcelo Campos Galuppo (2001).....	23
NOTA DO AUTOR À 3ª EDIÇÃO	
Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira.....	25

PARTE I SOBRE A INTERPRETAÇÃO JURÍDICA

CAPÍTULO 1

INTERPRETAÇÃO COMO ATO DE CONHECIMENTO E INTERPRETAÇÃO COMO ATO DE VONTADE: A TESE KELSENIANA DA INTERPRETAÇÃO AUTÊNTICA.....	29
Introdução.....	29
1.1 Genealogia da tese da interpretação autêntica.....	30
1.1.1 Edição de 1934.....	30
1.1.2 Edição de 1953.....	33
1.1.3 Edição de 1960.....	36
1.1.4 Sintetizando as teses de Kelsen.....	39
1.2 Crise da Teoria Pura do Direito.....	41
1.2.1 Risco da incoerência.....	42
1.2.2 Insustentabilidade dos pressupostos teóricos.....	45
Referências.....	48

CAPÍTULO 2

EQUIDADE E PHRONESIS NO LIVRO V DA ÉTICA A NICÔMACO, DE ARISTÓTELES: UM ENSAIO A PARTIR DA TEORIA DISCURSIVA DA MORAL E DO DIREITO.....	49
2.1 Introdução.....	49
2.2 Aristóteles e a equidade.....	50
2.3 Ensaio crítico.....	52
Referências.....	55

CAPÍTULO 3

DWORKIN: INTERPRETAÇÃO ENTRE DIREITO E LITERATURA.....	57
Referências.....	76

CAPÍTULO 4

SOBRE A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA, DE ROBERT ALEXY: UM ENSAIO CRÍTICO COM BASE NA TEORIA DISCURSIVA DO DIREITO E DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, DE JÜRGEN HABERMAS.....	77
---	-----------

Introdução.....	77
PARTE 1 – A teoria alexyana da argumentação jurídica.....	79
4.1 A questão da fundamentação das decisões jurídicas.....	79
4.2 As teses centrais de Alexy e a estrutura de sua obra.....	81
4.3 Teoria Alexyana da Argumentação Jurídica e a Tópica de Viehweg: distinções.....	92
4.4 Acerca da necessidade de uma teoria da argumentação jurídica racional na discussão metodológica atual.....	93
4.5 Uma crítica à teoria da argumentação jurídica como caso especial da argumentação prático-moral em geral apresentada por Robert Alexy.....	94
PARTE 2 – Uma crítica à teoria alexyana dos princípios como comandos otimizáveis.....	98
Referências.....	102

CAPÍTULO 5

O QUE É UMA DECISÃO JUDICIAL FUNDAMENTADA? REFLEXÕES PARA UMA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA DO EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	105
5.1 O projeto de reforma do CPC e a disciplina dos fundamentos da decisão jurisdicional.....	105
5.2 Afinal, o que é uma decisão judicial fundamentada?.....	115
5.3 Conclusão.....	130
Referências.....	130

CAPÍTULO 6

A RELAÇÃO INTERNA ENTRE OS DISCURSOS JURÍDICOS DE APLICAÇÃO E AS GARANTIAS PROCESSUAIS JURISDICIONAIS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO PROCEDIMENTALISTA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	135
6.1 Para uma crítica à classificação histórica dos direitos fundamentais em “gerações de direitos”.....	135
6.2 A redefinição dos direitos fundamentais no marco dos paradigmas jurídicos e uma crítica à teoria da interdependência entre os direitos humanos.....	140
6.3 Interpretação jurídica e concorrência de paradigmas.....	143
6.4 A distinção argumentativa na aplicação entre direitos individuais, sociais, coletivos e difusos.....	145
6.5 Argumentação jurídica e uso dos meios processuais individual e coletivo de garantia dos direitos fundamentais.....	148
6.6 Certeza jurídica e legitimidade das decisões: uma reinterpretação do princípio do devido processo.....	150
Referências	153

PARTE II

PROCESSO CONSTITUCIONAL

CAPÍTULO 7

PARA UMA TEORIA DISCURSIVA DA CONSTITUIÇÃO E DO PROCESSO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO.....	159
Referências	186

CAPÍTULO 8

DEVIDO PROCESSO LEGISLATIVO E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: UMA JUSTIFICAÇÃO DEMOCRÁTICA DO CONTROLE JURISDICIONAL DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS E DO PROCESSO LEGISLATIVO.....	189
8.1 A problemática acerca de uma justificação da legitimidade do controle jurisdicional de constitucionalidade das leis e do processo legislativo.....	189
8.1.1 Introdução.....	189
8.1.2 A problemática acerca do controle de constitucionalidade das leis e do processo legislativo no Brasil.....	192
8.1.3 A problemática acerca da justificação do controle de constitucionalidade das leis e do processo legislativo no Direito Comparado.....	201
8.2 Democracia e jurisdição constitucional.....	205
8.2.1 Um projeto inacabado.....	205
8.2.2 Formulando hipóteses de trabalho.....	206
8.2.3 Marco teórico: o enfoque reconstrutivo da Teoria Discursiva do Direito e da Democracia, de Jürgen Habermas.....	208
8.2.4 Eixo da investigação.....	209
8.2.5 Entre republicanos e liberais.....	209
8.2.6 Uma crítica aos modelos liberal e republicano.....	210
8.2.7 Objetivos deste trabalho.....	211
8.2.8 Constituição e democracia no marco da Teoria Discursiva do Direito e da Democracia, de Jürgen Habermas.....	212
8.2.9 Democracia e jurisdição constitucional.....	213
8.3 Considerações finais.....	215
Referências.....	216

CAPÍTULO 9

DEVIDO PROCESSO LEGISLATIVO E CONTROLE JURISDICIONAL DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL.....	219
9.1 Introdução.....	219
9.2 Jurisdição constitucional na crise do Estado Social.....	221
9.3 Justificação teórico-filosófica da jurisdição constitucional.....	222
9.4 Jurisdição constitucional no marco da teoria do direito constitucional... 224	
9.5 Jurisdição constitucional brasileira.....	233
9.6 A inconstitucionalidade da Lei Federal nº 9.868 em face do modelo constitucional brasileiro do controle de constitucionalidade.....	241
Referências.....	248

CAPÍTULO 10

O CASO ELLWANGER: UMA CRÍTICA À PONDERAÇÃO DE VALORES E INTERESSES NA JURISPRUDÊNCIA RECENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	251
Referências	262

CAPÍTULO 11

MINORIAS E DEMOCRACIA NO BRASIL.....	265
Referências.....	278

CAPÍTULO 12

A SÚMULA VINCULANTE Nº 4 DO STF E O “DESVIO” HERMENÊUTICO DO TST: NOTAS PROGRAMÁTICAS SOBRE	
--	--

A CHAMADA “NOVA CONFIGURAÇÃO” DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL BRASILEIRA NOS 20 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.....	281
12.1 Por uma reafirmação da dignidade da teoria jurídica em face da jurisdição e da legislação.....	282
12.2 Súmula vinculante e repercussão geral: a Súmula nº 4 do STF e o “desvio” hermenêutico do TST.....	283
12.3 Considerações finais: representação argumentativa e déficit democrático.....	287
Referências.....	292

CAPÍTULO 13

ANISTIA, HISTÓRIA CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS: O BRASIL ENTRE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS.....	295
13.1 Introdução.....	295
13.2 Os argumentos centrais do voto do Ministro Eros Grau na ADPF nº 153/DF.....	297
13.3 A diferença entre norma e texto de norma.....	298
13.4 Interpretação como aplicação.....	300
13.5 O significado das chamadas “leis medidas”	303
13.6 Controle jurisdicional de constitucionalidade e Poder Legislativo	304
13.7 Lei nº 6.683/1979: “acordo político”?.....	307
13.8 A decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no “Caso Gomes Lund e Outros” ou “Guerrilha do Araguaia”	310
13.9 Conclusões.....	319
Referências	320

CAPÍTULO 14

RECONHECIMENTO E IGUALDADE DE DIREITOS: BREVES NOTAS À DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF Nº 132, DE 05.05.2011.....	325
14.1 A ADPF nº 132 e as ambições do Direito para si próprio.....	325
14.2 A ADPF nº 132 e uma pretensa judicialização da política	329
Referências.....	331

CAPÍTULO 15

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL, DEMOCRACIA E JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA PEC Nº 3, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011.....	333
Referências.....	338

CAPÍTULO 16

MANDADO DE INJUNÇÃO: UMA RECONSTRUÇÃO.....	339
Referências	350